



II ENCUENTRO INTERNACIONAL DE INTEGRACIÓN DE POSGRADO

UNaM – UFFS



MESTRAS E DOUTORAS NO BRASIL: AS DIMENSÕES DO SISTEMA MODERNO-COLONIAL DE GÊNERO

FERNANDA SCHONS ^[1], GUILHERME JOSÉ SCHONS ^[2]

1 Introdução

Os espaços de produção de conhecimento são, historicamente, permeados pela colonialidade do poder, saber, ser e gênero (Quijano, 2005; Segato, 2012). A representatividade feminina nas universidades é transposta pela colonialidade do gênero – termo criado por Lugones (2014) para aludir aos processos de colonização, dominação e exploração impostos pelos colonizadores europeus aos povos da América e, desse modo, abordar a colonialidade do saber e do ser a partir das categorias de gênero e sexualidade – e corresponde a um dos níveis da colonialidade do poder, um padrão de poder surgido com a modernidade, sendo “[...] mais profundo e duradouro que o colonialismo” (Quijano, 2014, p. 285). Nesse sentido, Lugones (2007), ao enfatizar a existência de interseccionalidade entre as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade, conceitualiza o sistema moderno-colonial de gênero de forma intrinsecamente associada às formas de colonialidade do saber, do poder e do ser no contexto pós-colonial. No Brasil, o acesso das mulheres a escolas e universidades não é

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus* Erechim. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduada em Matemática. E-mail: fernanda.schons@estudante.uffs.edu.br.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus* Erechim. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduado em História pela UFFS. E-mail: guilherme.schons@estudante.uffs.edu.br.

um direito naturalmente reconhecido, mas resultado de “um extenso e sinuoso caminho-travessia permeado de resistência e de luta” (Schons, 2024, p. 170).

Desde a lei de 15 de outubro de 1827, que permitiu o acesso das meninas às escolas de primeiras letras, ainda que com severa segregação de gênero, sobretudo no que se refere à negação do acesso das meninas a conhecimentos matemáticos básicos (Schons; Schons, 2024) e, mais de cinquenta anos depois, em 1879, a permissão para que as mulheres pudessem frequentar as universidades, até os dias atuais. De acordo com dados de 2022 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 2021, 54,2% das/os matriculadas/os em cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil são mulheres (CAPES, 2022).

Face a esse contexto histórico, político, cultural e social, apresenta-se aqui recorte de pesquisa mais ampla, onde delimitou-se como fonte de obtenção de material empírico para análise o estudo *Brasil: Mestres e Doutores 2024*, desenvolvido pelo Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) em atividade do portal de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação (RHCTI). Publicado em 07 de junho de 2024, o estudo apresenta uma ampla e profunda sistematização de dados e estatísticas concernentes à formação e ao emprego das/os 1.001.861 mestras/es e 319.211 doutoras/es que se titularam no Brasil entre os anos de 1996 e 2021 (CGEE, 2024).

2 Objetivos

Busca-se averiguar e analisar a proporção de mulheres entre tituladas/os em cursos de mestrado e doutorado de forma integrada ao contexto sócio-histórico intrinsecamente vinculado às relações de poder e de dominação e, destarte, de resistência e de subversão, além de elencar e perscrutar categorias de dados quantitativos os quais fornecem subsídios para refletir e melhor compreender qualitativamente os impactos sociais decorrentes da proporção de mulheres entre tituladas/os em cursos que preparam para a docência no Ensino Superior.

3 Metodologia

Como oposição ao contexto de dominação que sustenta práticas excludentes contra sujeitos dissidentes da sociedade ocidental, branca, racista, colonialista, anti-indígena, misógina, machista, homofóbica, transfóbica, cisheteronormativa e capacitista emergem as Epistemologias do Sul, uma proposta gnosiológica que busca estabelecer relações dialógicas a partir de corpos e espaços subalternizados pela colonialidade eurocêntrica hegemônica (Mignolo, 2007), paradigma ao qual nos afiliamos e sobre o qual fincamos o pilar teórico

desta pesquisa qualitativa interdisciplinar (Denzin; Lincoln, 2006). A pesquisa alude a reminiscências coloniais e centelhas decoloniais no tempo presente ao abarcar resultados de busca desempenhada no *Site* do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), na plataforma do Governo Federal, com direcionamento, primeiramente, à aba Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e, em seguida, ao portal de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação (RHCTI).

O acesso ao estudo *Brasil: Mestres e Doutores 2024*, desenvolvido pelo CGEE a partir de dados disponibilizados na Plataforma Sucupira – mantida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – referentes ao período 1996-2021 e de informações disponíveis no portal RHCTI, viabilizou o *corpus* empírico da pesquisa a partir do qual procedeu-se à análise à luz de teóricas/os do pensamento decolonial. Recorreu-se a aspectos quantitativos como o percentual de mulheres entre as/os tituladas/os em cursos de mestrado e de doutorado e entre as/os empregadas/os com tais qualificações, variáveis como proporções de mulheres entre as/os tituladas/os no Brasil e em outros países, proporções de mulheres entre as/os tituladas/os nas diversas regiões do Brasil, além de diferenças de participação por grandes áreas do conhecimento e desigualdade de remuneração média entre mulheres e homens.

4 Resultados e Discussão

Nos últimos 25 anos, o percentual de mulheres dentre as/os tituladas/os em cursos de mestrado passou de 49,8% em 1996 para 56,8% em 2021 e o percentual de mulheres dentre as/os tituladas/os em cursos de doutorado passou de 44,3% para 55,6% no mesmo período (CGEE, 2024). A elevação quantitativa da representatividade das mulheres nas titulações da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil é um fato que traduz a proposta de Lugones (2014) em relação às resistências à opressão tendo em vista a historicidade das relações de poder.

O estudo desenvolvido pelo CGEE, entretanto, apesar de contemplar nas categorias de análise dos dados disponibilizados dois marcadores sociais de poder e dominação, a saber, gênero e trabalho, não faz referência a outros marcadores – classe social e raça. Ao não mencionar, por exemplo, quantitativos de mulheres negras (pretas ou pardas) e indígenas entre tituladas/os na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, o estudo desconsidera a existência de interseccionalidade (Lugones, 2007) entre as categorias de raça, gênero, classe social e sexualidade.

Por outro lado, os dados obtidos pelo CGEE (2024) apontam que os percentuais de mulheres entre as/os tituladas/os em cursos de pós-graduação – mestrado e doutorado – foram

superiores em relação aos percentuais de homens em todas as cinco regiões do Brasil. Esse cenário reverbera o conceito de giro decolonial (Maldonado-Torres, 2021) a partir da presença e da participação das mulheres em espaços de produção de conhecimento, fato que mobiliza e rompe estruturas históricas, sociais, culturais e políticas secularmente alicerçadas no patriarcado sobre o qual o sistema moderno-colonial de gênero se assenta.

Entretanto, no que diz respeito à proporção de mulheres entre tituladas/os na pós-graduação *stricto sensu* de modo a considerar a distribuição de acordo com as grandes áreas do conhecimento (Brasil, 2024), os indicadores demonstram que, na grande área Ciências Exatas e da Terra, os índices de mulheres tituladas em ambos os níveis apresentam decréscimo no período 1996-2021 e são inferiores quando comparados a outras áreas – 31,2% em cursos de mestrado e 33,9% em cursos de doutorado (CGEE, 2024), o que coloca Ciências Exatas e da Terra na última posição relativa na escala das áreas em relação à participação feminina.

Ao perpetuar o sistema moderno-colonial de gênero (Lugones, 2007), a presença reduzida de mulheres entre tituladas/os em cursos de mestrado e doutorado na grande área Ciências Exatas e da Terra cristaliza a colonialidade de poder, saber, ser e gênero (Quijano, 2005, Segato, 2012) no contexto pós-colonial. Contudo, as formas de resistir e subverter as relações de poder e dominação (Lugones, 2014) estabelecidas pelo sistema moderno-colonial de gênero perpassam, sobretudo, a ocupação feminina dos espaços de produção de conhecimento.

5 Conclusão

O sistema moderno-colonial de gênero se projeta, se nutre e se reproduz calcado na colonialidade de poder, saber, ser e gênero. Com isso, asseveram-se assimetrias, subjetividades e intersubjetividades definidas pelos marcadores sociais de poder e dominação no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* brasileira e suas implicações sociais.

A formação e a atuação de mestras e doutoras no Brasil são processos atravessados pela imposição de critérios dicotômicos de categorização, hierarquização, inferiorização e reestereotipização encrustados pelo colonialismo e remanescentes no contexto pós-colonial sobre o qual se funda e se alastra o sistema moderno-colonial de gênero.

Palavras-chave: Epistemologias do Sul; interseccionalidade; marcadores sociais; mulheres; pós-graduação *stricto sensu*.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Referências Bibliográficas

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sobre as áreas de avaliação**. Brasília: Capes, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso em 10 de jun 2024.

CAPES (ed.). **Pós-graduação brasileira tem maioria feminina**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pos-graduacao-brasileira-tem-maioria-feminina>. Acesso em: 20 set. 2024.

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Brasil: Mestres e Doutores 2024**. Brasília, DF. Disponível em: <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br>. Acesso em 08 de jun 2024.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

LUGONES, María. Heterosexuality and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **El giro decolonial**. Cidade do México: Clacso, 2021.

MIGNOLO, Walter. El Pensamiento Decolonial: desprendimiento y apertura. Un Manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (eds.). **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

SCHONS, Fernanda. Entre a resistência e a luta: o poder da leitura e da escrita na conquista dos direitos das mulheres. In: MACIEL, Marcela Alvares; SILVA, Ivone Maria Mendes (org.). **Sinfonia da palavra: entre silêncios e inquietudes cotidianas**. Curitiba: CRV, 2024. p. 160-185.

SCHONS, Fernanda; SCHONS, Guilherme José. História do ensino de matemática e gênero: uma análise sobre a lei de 15 de outubro de 1827. In: PEREIRA, Allan K.; SCHONS, Guilherme José (org.). **História com os de baixo: o público como multidão engajada**. Cachoeirinha: Fi, 2024. p. 125-148.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 106-131, 1 dez. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 10 jun. 2024.